

Guia de **Programas de Educação Ambiental**



Licenciamento Ambiental Federal



Guia de **Programas de Educação Ambiental**

Licenciamento Ambiental Federal

Março 2023
2ª Edição



Presidência da República

Luis Inácio Lula da Silva

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Marina Osmarina Silva

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça

Diretoria de Licenciamento Ambiental

Regis Fontana Pinto (Diretor Substituto)

Coordenação Técnica

Liceros Alves dos Reis

Rita de Cássia Pereira

Equipe Técnica

Alice de Barros Rodrigues - Analista Ambiental

Diara Maria Sartori - Analista Administrativo

Elisabeth Eriko Uema - Analista Ambiental (aposentada)

Liana Neves Salles - Analista Ambiental

Mônica Serrão - Analista Ambiental (aposentada)

Rita de Cássia Pereira - Analista Ambiental

Telda Pereira Costa Lima - Analista Ambiental

Revisão Técnica

Alice de Barros Rodrigues - Analista Ambiental

Diara Maria Sartori - Analista Ambiental

Segunda Revisão Técnica (2022)

Aline Fonseca Carvalho - Analista Ambiental



Agradecimento

A Diretoria de Licenciamento Ambiental agradece a valiosa colaboração dos analistas ambientais e especialistas convidados.

Analistas Ambientais:

Alice de Barros Rodrigues
Aline Fonseca Carvalho
Wagner Veras Muniz
Clarice Santos Veloso
Claudia Jeanne da Silva Barros
Diara Maria Sartori
Edvar Rodrigues de Oliveira
Francisco Carneiro Portela
Hévila Peres da Cruz
José Maria Barbosa da Silva
Júlio César Dias
Laura Altafin Cavechia
Liana Neves Salles Nascimento Silva
Liceros Alves dos Reis
Luiz Fernando Suffiati
Maria José Colaço Rocha
Mônica Armond Serrão
Olívia Padilha Fonseca
Rita de Cássia Pereira
Rômulo George de Sales e Silveira
Sílvia Bezerra Goes
Telda Pereira Costa Lima
Victor Castro Fernandes de Sousa

Especialistas convidados:

Elísio márcio de Oliveira Carlos
Servidor aposentado

Elizabeth Eriko Uema
Servidora aposentada

José Silva Quintas
Servidor aposentado

Laci Santin
Servidora do ICMBio

Philippe Laraygues
Professor da UnB

Simão Marrul Filho
Servidor aposentado do ICMBio



Produção Editorial

Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais

Nara Vidal Pantoja

Coordenação de Gestão da Informação Ambiental

Wátila Portela Machado

Revisão

Maria José Teixeira

Projeto gráfico

Aline Fonseca Carvalho - Dilic

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

SCEN, Trecho2, Edifício-Sede do Ibama, Cx.Postal 09566

CEP 70818-900, Brasília, DF

Telefone:(61) 3316-1212

Dados Internacionais de Catalogação na publicação - CIP

-
- G943 Guia de programas de educação ambiental: Licenciamento Ambiental
Federal / Liceros Alves dos Reis (Org.), Rita de Cássia Pereira (org.) –
2. Ed. – Brasília : IBAMA, 2023.
34 p. : il.
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-5799-040-7
1. Educação ambiental. 2. Licenciamento 3. Participação comunitária 4.
Legislação. I. Rodrigues, Alice de Barros. II. Diara Maria Sartori. III. Uema,
Elisabeth Eriko. IV. Salles, Liana Neves. V. Serrão, Mônica. VI. Pereira,
Rita de Cássia. VII. Lima, Telda Pereira Costa.
CDU 2. ed. 556.55
-

Patrícia da Silva Soares – CRB 1/1567



Sumário

Introdução	8
Dos termos e conceitos	10
Diretrizes	12
Linhas de ação	15
Orientações e procedimentos	16
Disposições finais	18
Referências	19
Anexos	21
Anexo 1: Divulgação dos programas de Educação Ambiental e projetos ambientais condicionantes do licenciamento, de acordo com a Instrução Normativa nº 2/2012	21
Anexo 2: Anais dos Fóruns de Programas de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal	23
Anexo 3: Instrução Normativa Ibama nº 2/2012	24



Introdução

Em 2019, após a realização do II Fórum de Programas de Socioeconomia no Licenciamento Ambiental Federal, a Diretoria de Licenciamento Ambiental (Dilic) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) lançou o *Guia para Elaboração de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental*. Agora em 2023, este documento foi revisado e reeditado.

Esta revisão teve o intuito de melhorar a clareza do documento, sem mudar as diretrizes definidas pelo intenso trabalho realizado de 2017 até 2019 pelo Grupo de Trabalho (GT) do Programa de Educação Ambiental (PEA), instituído pela Dilic, por meio da Portaria nº 2, de 30/1/2017.

O GT teve representação de membros das coordenações, serviços e divisões de área da Dilic e dos núcleos de licen-

ciamento do Ibama nos estados. Todos os servidores que compuseram o GT são experientes em análises técnicas dos impactos e das medidas de mitigação ou compensação do meio socioeconômico nos projetos licenciados ambientalmente pelo Ibama.

O Licenciamento Ambiental Federal (LAF) recebe, anualmente projetos de mais de 70 tipologias distintas. Esses processos podem ser separados entre os de incidência pontual, como usinas termelétricas e portos, e linear, como linhas de transmissão de energia e rodovias. Em quase todos os processos de licenciamento de quaisquer tipologias, o PEA estará presente.

O escopo do PEA é definido a partir dos estudos ambientais e do diagnóstico socioambiental participativo (DSAP).

Junto com as comunidades, os proponentes dos empreendimentos definirão as ações,





caso a caso, para cada fase do licenciamento. Uma das funções da participação é tornar a ação atrativa e de efeito transformador efetivo no cotidiano dos sujeitos das ações educativas. Esses projetos e linhas de ação partem dos próprios atingidos, não lhes sendo impostas atividades que não se relacionem às suas realidades e interesses.

O conteúdo desta publicação foi pautado nas normas vigentes sobre PEA e LAF, sendo as principais: a Constituição Federal de 1988; a Lei nº 6.938 de 31/8/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); a Lei nº 9.795 de 2/4/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental); o Decreto nº 99.274/90; o Decreto nº 4.281/02; a Resolução Conama nº 009/87; a Resolução Conama nº 237/97 e a Instrução Normativa nº

02/2012.

Com este Guia, a Dilic oferece orientações técnicas para fortalecer e qualificar os processos educativos na Gestão Ambiental Pública (GAP), auxiliando os servidores incumbidos

da análise de impactos do meio socioeconômico e os profissionais que elaboram e/ou implementam PEAs por parte dos proponentes dos empreendimentos.

O Guia aborda apenas os PEAs direcionados às comunidades impactadas pelos projetos licenciados pelo Ibama, não se aplicando aos Programas de Educação Ambiental para Trabalhadores (PEAT).



Dos termos e conceitos

O primeiro passo para padronizar os PEAs é uniformizar os termos e conceitos.

1. Educação ambiental: processo educativo voltado para a prevenção, mitigação e/ou compensação dos impactos incidentes sobre os grupos, os indivíduos ou os segmentos sociais afetados, direta ou indiretamente, por empreendimentos, promovendo a organização e a participação qualificada nos processos decisórios sobre atividades que afetam a qualidade de vida, a gestão territorial e o meio ambiente.

2. Vulnerabilidade socioambiental: condição de destituição de direitos experimentada por determinadas populações, que as predispõe a efeitos de impactos negativos advindos de empreendimentos instalados ou em operação em determinada área. Por direitos, entende-se por exemplo: o acesso a bens ambientais, serviços públicos e infraestrutura. A vulnerabilidade

pode ser entendida como maior grau de dependência direta dos recursos naturais e reduzido poder de intervenção na gestão ambiental pública.

3. Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP): resultado sistematizado da aplicação de metodologia predefinida, com obrigatoriedade da participação direta dos indivíduos ou grupos sociais sobre os quais incidem ou incidirão impactos ambientais decorrentes da implantação ou operação de empreendimentos.

4. Programa de Educação Ambiental (PEA): é constituído de linhas de ação, definidas por DSAP, das quais partem um ou mais projetos executivos. Os processos educativos são voltados para a qualificação da participação dos atingidos pelos projetos licenciados para promover a gestão ambiental compartilhada e a superação de conflitos socioambientais.





5. **Linha de ação:** eixo temático que compõe o PEA relacionado a impacto causado pela instalação ou operação de empreendimento.
6. **Projeto de Educação Ambiental:** é o planejamento executivo das ações educativas. Deve estar relacionado a uma linha de ação. A elaboração desses projetos tem como base aspectos identificados no DSAP e sua execução é de responsabilidade da empresa que solicitou o licenciamento.
7. **Sujeitos prioritários da ação educativa:** consi-

derando as assimetrias econômicas, sociais, cognitivas e organizativas entre os diferentes grupos afetados por empreendimentos em processo de licenciamento ambiental, os sujeitos prioritários da ação educativa são os grupos mais vulneráveis do ponto de vista socioambiental.



Diretrizes

1. O PEA instituído em processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF) deve ser participativo, transversal, transformador e emancipatório, visando à superação de problemas e ou conflitos socioambientais e/ou desenvolvendo potencialidades decorrentes da apropriação e uso dos recursos ambientais.
2. Os conflitos e/ou interesses comuns decorrentes da implantação de empreendimentos que impactam o meio ambiente e os grupos que habitam os territórios onde são implantados devem ser centrais na proposta a ser apresentada.
3. Os PEAs devem ser direcionados para a educação não formal, fora do sistema educacional brasileiro. Casos excepcionais devidamente justificados poderão ser submetidos à avaliação do Ibama e sua execução dependerá da aprovação do Órgão.
4. Os PEAs devem ser destinados aos sujeitos prioritários da ação educativa,



- contribuindo para a prevenção, mitigação e/ou compensação dos impactos, construção da autonomia e empoderamento dos grupos, para a qualificação de sua participação no processo de licenciamento e na GAP.
5. Os PEAs devem estar inter-relacionados com os demais programas ambientais do Plano de Gestão Ambiental (PGA), incluindo os programas para mitigação/compensação de impactos dos meios biótico e físico.
 6. Os resultados dos PEAs devem ser usados para adequações das ações planejadas não só na educação ambiental, mas também em qualquer programa.
 7. Os PEAs devem ser avaliados periodicamente. O sistema de avaliação deve fundamentar-se em metas e indicadores propostos na etapa de elaboração do programa. A avaliação permanente e contínua dos PEAs é premissa para a emissão ou renovação da Licença de Operação.
 8. Os resultados dos PEAs devem ser avaliados pelo Ibama por meio de relatórios e vistorias, podendo este Instituto, a qualquer tempo, determinar adequações.
 9. O DSAP deve ser estruturado por meio de ferramentas pedagógicas capazes de auxiliar os grupos atingidos pelos projetos licenciados, conforme seu grau de vulnerabilidade e particularidades culturais. No diagnóstico serão definidos os principais pontos de atenção tanto da convivência e adaptação ao território sob a influência do empreendimento quanto da utilização consciente dos recursos naturais disponíveis. O DSAP deve ser capaz de identificar e caracterizar:
 - a. Sujeitos prioritários para participação no PEA;
 - b. Conflitos ambientais direta ou indiretamente relacionados a impactos da implantação ou ope-



- ração do empreendimento;
- c. Conflitos ambientais regionais que não guardem relação com o empreendimento;
 - d. Potencialidades socioambientais regionais;
 - e. Ações ou projetos de educação ambiental não formal em andamento na área de influência do empreendimento;
 - f. Potenciais parceiros para o desenvolvimento do PEA.
10. O DSAP deve considerar manifestações e demandas apresentadas em situações de participação pública propiciadas por quaisquer ações e programas no âmbito do licenciamento ambiental. O Ibama pode solicitar que demandas identificadas em vistorias e reuniões sejam incluídas nos projetos.



Linhas de ação

Uma vez finalizado o DSAP, deve-se escolher uma ou mais linhas de ação, das quais partirão os projetos executivos que darão corpo ao PEA. De acordo com a IN nº 2/2012 do Ibama, as linhas de ação podem ser as seguintes:



1. Linha de Ação A: instrumentalizar e potencializar a organização dos públicos prioritários identificados para participação e fortalecimento do controle da gestão ambiental pública e dos espaços de participação. Capacitar os sujeitos da ação educativa para atuar nos espaços de discussão, elaboração e/ou revisão de acordos e de instrumentos para a gestão territorial, como o Plano Diretor de Ordenamen-

to Territorial e o Zoneamento Econômico Ecológico.

Essa linha de ação pode ser constituída por mais de um projeto, considerando a heterogeneidade do público atingido.

2. Linha de Ação B: projetos identificados nos DSAPs dos grupos atingidos pelo empreendimento licenciado.

Os projetos propostos pelo empreendedor, com base nos resultados do

DSAP, serão avaliados pelo Ibama quanto à sua pertinência.

Essa linha de ação também pode ser constituída por mais de um projeto, considerando a heterogeneidade do público atingido pelo empreendimento licenciado e seus respectivos DSAPs.

A suficiência e a adequação dos projetos serão avaliados do Ibama.

Orientações e procedimentos

A equipe técnica do Ibama deve solicitar no Termo de Referência (TR) para elaboração dos estudos de impacto ou de regularização ambiental, no mínimo:

- a. procedimentos e ações do PEA a serem executados durante todas as fases do licenciamento ambiental;
- b. escala de vulnerabilidade socioambiental das pessoas afetadas direta e indiretamente pelo empreendimento. Essa aferição deve partir de dados primários e secundários para definir os sujeitos/grupos prioritários da ação educativa;
- c. proposta metodológica para DSAP, a ser aprovada pelo Ibama antes de ser executada.

O empreendedor deve apresentar no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) ou equivalente, no mínimo:

- a. escala de vulnerabilidade dos grupos impacta-

- dos pelo empreendimento;
- b. identificação dos grupos prioritários da ação educativa;
- c. proposta metodológica para o DSAP.

Procedimentos para planejamento, elaboração, execução e avaliação do PEA:

- a. os resultados do DSAP deverão constar no Plano de Gestão Ambiental (PGA) para análise técnica do Ibama com vistas à obtenção da Licença de Instalação (LI);
- b. o PEA deverá ser iniciado assim que for aprovado pelo Ibama;
- c. o sistema de monitoramento e avaliação do PEA deve possibilitar o acompanhamento sistemático e continuado das atividades e dos resultados. Estes serão apresentados ao Ibama por meio de relatórios de monitoramento. O Ibama também avaliará o programa em vistorias técnicas.



Na fase de requerimento de Licença de Operação (LO) o empreendedor deve apresentar:

- a. resultados do PEA desde o seu início.
- b. planejamento para continuidade do programa com readequação das ações em que couberem aprimoramentos e proposição de novas ações, considerando a ocorrência de impactos previstos para a etapa de operação.

O Ibama pode, a qualquer tempo, solicitar complementação ou novo DSAP.

Quanto aos empreendimentos em processo de regularização, no que couber, os procedimentos para elaboração, implementação, execução e avaliação dos PEAs devem seguir as orientações estabelecidas neste documento para empreendimentos requisitantes de LI.



Disposições finais

Os processos de licenciamento ambiental em andamento podem ser readequados, tanto por iniciativa do empreendedor como à pedido do Ibama, para atender ao estabelecido neste Guia.



Referências

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**, 2 de setembro de 1981.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, 24 de abril de 1999.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, 8 de fevereiro de 2007.

BRASIL. **Decreto nº. 99.274, de 6 de junho de 1990**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**, de 7 de junho de 1990.

BRASIL. **Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, 26 de junho de 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)**. 3. ed. Brasília, 2005. Disponível em https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ibama. Instrução Normativa do Ibama nº 2/2012, de 27 de março de 2012. Estabelece as bases técnicas para os Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental Federal. **Diário Oficial da União de 29/03/2012**, nº 62, Seção 1, p. 130.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G. **Conflitos Socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro – IBASE.

IBAMA.CGEAM. **Como o Ibama exerce a Educação Ambiental**. Brasília:Edições Ibama, 2002.

IBAMA. CGEAM. **Orientações Pedagógicas do Ibama para a elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural.** Brasília, 2005.

IBAMA. **Nota Técnica nº 001/2010/IBAMA/DILIC/CGPEG.** Rio de Janeiro, 2010.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental no licenciamento: aspectos legais e teórico-metodológicos. In: LOUREIRO, C.F.B (Org). **Educação Ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento.** Salvador: IMA, 2009 - (Série Educação Ambiental v. 5).

QUINTAS, J.S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C.F.B, LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R.S. (Org.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Cortez, 2009.

QUINTAS, J.S. **Educação no processo de gestão ambiental: Uma proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória.** 2004.

QUINTAS, J.S GOMES, P.; UEMA, E. **Pensando e praticando a Educação Ambiental no processo de gestão ambiental:** uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento. Brasília: Ibama, 2005 (Série Educação Ambiental, 9).

UNESCO. **Educação Ambiental.** As Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília: Unesco: Ibama, 1997.

Anexos

Anexo 1 - Divulgação dos Programas de Educação Ambiental e Projetos Ambientais Condicionantes do Licenciamento, de acordo com a Instrução Normativa do Ibama nº 2/2012.

A divulgação dos Programas de Educação Ambiental e de tudo que se inclua entre as medidas ambientais resultantes de programas ou condicionantes estabelecidas no licenciamento deve ser feita de acordo com o item 5.3 da Instrução Normativa nº 2/2012.

A referência ao LAF deve estar clara e acompanhado do logotipo do Ibama, que informando que a ação é resultado de exigência legal do licenciamento conduzido pela Dilic/Ibama.

São exemplos do que deve ser identificado: materiais impressos e audiovisuais; materiais elaborados e distribuídos nas atividades de licenciamento, tais como bonés; camisetas; bens imóveis; cartilhas de cursos e outras atividades de capacitação; obras de intervenção de manutenção; reforma e/ou adequação em bens móveis e imóveis; eventos.

Segue modelo de texto:

“A realização do (nome do projeto/programa) é uma medida de (indenização, prevenção, mitigação e/ou compensação) exigida pelo licenciamento ambiental federal conduzido pelo Ibama.”

A logomarca do Ibama pode ser solicitada por e-mail à unidade responsável pelas análises técnicas (núcleo de licenciamento nos estados, coordenações, divisões, serviços). A equipe encaminhará os arquivos tanto das orientações de uso quanto da logomarca propriamente dita em variadas extensões, em preto e branco e em cores, fundo branco e transparente.





Nome do Empreendimento

(número do processo no Ibama)

A realização do (*nome do projeto/pro-grama*) é uma medida de (*indenização, prevenção, mitigação e/ou compensação*) exigida pelo licenciamento ambiental federal conduzido pelo Ibama

Logo do
empreendedor

Logo da
consultoria



Anexo 2: Anais dos Fóruns de Programas de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal

O Ibama tem realizado Fóruns em que são discutidos programas ambientais. Sobre o meio socioeconômico de 2018 a 2021, foram organizados três fóruns para esse meio específico. Tendo sido o primeiro apenas de Educação Ambiental e os demais de temas variados como: Comunicação Social; Relocação de populações; Educação ambiental para trabalhadores e Compensação à atividade pesqueira.

Para os último dois fóruns, a Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama (Dilic), produziu publicações com os Anais dos eventos. Nessas publicações, constam exemplos de PEAs que foram selecionados pelas Comissões Organizadoras – sempre composta exclusivamente por servidores do Licenciamento Ambiental Federal – para apresentarem os resultados ao público. Os Fóruns são abertos para a participação como ouvintes de quaisquer interessados.

O objetivo desses eventos é apresentar à sociedade brasileira os ganhos ambientais das medidas exigidas pelo Ibama e implementadas pelos empreendimentos licenciados no âmbito federal e ainda discutir esses programas com os apresentadores e os participantes.

No site do Ibama, em [Licenciamento Ambiental Federal > Publicações](#), estão disponíveis os Anais de todos os Fóruns de Programas ambientais do LAF.

Anexo 3: Instrução Normativa do Ibama nº 2/2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DOU de 29/03/2012 (nº 62, Seção 1, pág. 130)

Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBAMA no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I ao Decreto 6.099, de 27 de abril de 2007, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, na Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, e o que consta do Processo nº 02000.000685/2009-66, resolve:

Art. 1º - Estabelecer as diretrizes e os procedimentos para orientar e regular a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos de educação ambiental a serem apresentados pelo empreendedor no âmbito do licenciamento ambiental federal.

§ 1º - Os programas, compostos por um ou mais projetos de educação ambiental serão executados em cumprimento às medidas mitigadoras ou compensatórias, como condicionantes das licenças concedidas ou nos processos de regularização do licenciamento ambiental federal, após aprovação do Ibama.

§ 2º - Os programas e projetos de educação ambiental fazem parte do conjunto dos Programas Básicos Ambientais e deverão ser submetidos à análise e aprovação do Ibama, previamente à concessão da Licença de Instalação, ou na instauração dos processos de regularização ambiental.

§ 3º - O Ibama poderá exigir alterações e/ou adequações nos programas e projetos já aprovados durante a sua fase de execução, o que poderá ocorrer nas etapas de concessão e vigência das Licenças de Instalação e Operação ou durante o processo de regularização ambiental.

Art. 2º - O Programa de Educação Ambiental deverá estruturar-se em dois Componentes:

I - Componente I: Programa de Educação Ambiental (PEA), direcionado aos grupos sociais da área de influência da atividade em processo de licenciamento;

II- Componente II: Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (Peat), direcionado aos trabalhadores envolvidos no empreendimento objeto do licenciamento.

§ 1º - Cada um dos Componentes I e II será formado por quantos projetos de educação ambiental sejam necessários para a realização do respectivo Programa.

§ 2º - A abrangência de cada Programa de Educação Ambiental e de cada projeto de educação ambiental será definida pelo Ibama, considerando-se a tipologia e especificidades do empreendimento ou atividade em processo de licenciamento ou regularização, seus impactos e a área de influência do empreendimento ou atividade.

§ 3º - A duração e o momento de execução dos Programas de Educação Ambiental e de seus respectivos projetos serão definidos pelo Ibama e terão como referência o tempo de exposição dos grupos sociais da área de influência aos impactos previstos, devendo-se considerar a tipologia, as especificidades do empreendimento ou atividade e as fases do licenciamento adequadas à realização das ações previamente aprovadas.

§ 4º - A duração do Programa ou do projeto, bem como o seu momento de execução, poderão ser alterados pelo Ibama, durante o processo de licenciamento ou regularização, caso se verifique que o tempo de exposição aos impactos do empreendimento ou atividade está concentrado em etapa diversa àquela inicialmente avaliada.

Art. 3º - O PEA deverá compreender a organização de processos de ensino-aprendizagem, objetivando a participação dos grupos sociais das áreas de influência das atividades ou empreendimentos em licenciamento, na definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação, exigidos como condicionantes de licença.

§ 1º - O PEA deverá ser elaborado com base nos resultados de um diagnóstico socioambiental participativo, aqui considerado como parte integrante do processo educativo, cujo objetivo é propor projetos que considerem as especificidades locais e os impactos gerados pela atividade em licenciamento, sobre os diferentes grupos sociais presentes em suas áreas de influência.

§ 2º - O diagnóstico socioambiental deverá fundamentar-se em metodologias participativas, aqui entendidas como recursos técnico-pedagógicos que objetivam a promoção do protagonismo dos diferentes grupos sociais da área de influência da atividade ou empreendimento, na construção e implementação do PEA.

§ 3º - O PEA deverá ter como sujeitos prioritários da ação educativa os grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade socioambiental impactados pela atividade em licenciamento, sem prejuízo dos demais grupos potencialmente impactados.

§ 4º - O diagnóstico socioambiental participativo a que se refere o § 1º poderá, a critério do Ibama, ser exigido como parte do diagnóstico socioeconômico que compõe os estudos ambientais, em conformidade com a Resolução Conama nº 1, de 23 de janeiro de 1986.

§ 5º - O PEA deverá ser formulado e executado de modo a buscar sinergia com políticas públicas e instrumentos e gestão em implementação na



área de influência do empreendimento.

Art. 4º - O Peat compreenderá processos de ensino-aprendizagem com o objetivo de desenvolver capacidades para que os trabalhadores avaliem as implicações dos danos e riscos socioambientais decorrentes do empreendimento nos meios físico-natural e social em sua área de influência.

§ 1º - O Peat contemplará os trabalhadores envolvidos direta e indiretamente na atividade objeto de licenciamento.

§ 2º - No Peat, deverão ser considerados os impactos socioambientais da atividade em licenciamento, integrados com os demais programas previstos no Programa Básico Ambiental - PBA e do Programa de Controle Ambiental - PCA que comporão a mitigação ou a compensação dos impactos gerados;

Art. 5º - Caso haja a presença de Unidades de Conservação - UC nas áreas de influência do empreendimento, o PEA e o Peat deverão articular-se com as normas, atividades e planos de manejo das UCs e com programas, projetos ou ações de educação ambiental que estiverem em implementação na UC.

§ 1º - O PEA deverá considerar em sua estruturação as ações de educação ambiental e gestão ambiental participativa desenvolvidas nas UCs e em seu entorno.

§ 2º - O Peat deverá considerar em sua estruturação os impactos socioambientais do empreendimento sobre as UCs e seu entorno.

Art. 6º - O PEA e o Peat deverão prever procedimentos de avaliação permanente e continuada, com base em sistema de monitoramento com metas e indicadores de processos e resultados, sob acompanhamento e avaliação do Ibama.

Art. 7º - O PEA e o Peat deverão observar as exigências previstas no documento Bases Técnicas para Elaboração dos Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental Federal, em anexo.

Art. 8º - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

CURT TRENPOHL
Presidente do Ibama

ANEXO

BASES TÉCNICAS PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL

Brasília, dezembro de 2011

1. Introdução

O objetivo deste documento é o de propor diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental, vinculados ao processo de licenciamento ambiental federal conduzido pela Dilic/Ibama.

2. Legislação Aplicável

O conteúdo deste documento, bem como as atribuições do Ibama, legalmente instituídas para estabelecer as exigências aqui relacionadas, está amparado no seguinte arcabouço legal, devendo ser atendidos os demais instrumentos legais pertinentes:

Constituição Federal de 1988;

Lei nº 6.938 de 31/08/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Lei nº 9.795 de 27/04/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental);

Decreto nº 99.274/90;

Decreto nº 4.281/02;

Resolução Conama nº 009/87;

Resolução Conama nº 237/97

3. A Educação Ambiental e o Licenciamento

A Educação Ambiental, como determina a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) e o Decreto 4.281/02 que a regulamenta, é um importante instrumento para a implementação de quaisquer empreendimentos que, de alguma forma, afetem o meio ambiente e, por consequência, a qualidade de vida das populações.

Ela possibilita ao indivíduo e à coletividade se perceberem como sujeitos sociais capazes de compreenderem a complexidade da relação sociedade-natureza, bem como de se comprometerem em agir em prol da prevenção de riscos e danos socioambientais causados por intervenções no ambiente físico natural e construído. (Quintas, Gomes e Uema, 2006)

Cabe ao Ibama, enquanto Órgão responsável pelos processos de Licenciamento federal e pela implementação das políticas e diretrizes na área de Educação Ambiental, criar instrumentos que orientem e normatizem as relações licenciador/licenciado neste campo.

O objetivo da presente Nota Técnica é o de embasar a elaboração de Programas de Educação Ambiental com grupos sociais direta ou indiretamente atingidos por atividades ou empreendimentos em processo licenciamento por parte deste Instituto, sejam as populações afetadas, sejam trabalhadores envolvidos com sua implantação e operação.

Os Programas deverão contemplar ações a serem definidas em conjunto com as populações atingidas e o trabalhadores implicados, devendo proporcionar às pessoas, grupos ou segmentos sociais das áreas por ele abrangidas, ações para o desenvolvimento das capacidades necessárias, para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, exerçam o controle social da gestão ambiental pública. A Constituição Federal, promulgada em 1988, estabelece em seu Art. 225 que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Dentre as incumbências que direcionam a ação do Poder Público, uma delas se refere ao inci-



so IV, ou seja, a “prevenção de danos e avaliação de riscos ambientais decorrentes da realização de obras e atividades potencialmente degradadoras e da produção e circulação de substâncias perigosas”.

É neste contexto que se situa o licenciamento, espaço da gestão ambiental, pública, prerrogativa do Estado, no qual se deve «exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade», segundo a Constituição Federal.

Daí o desafio de se organizar ações educativas que desenvolvam capacidades (conhecimentos, habilidades e atitudes), para que os diferentes grupos sociais afetados por empreendimentos objeto de licenciamento: Percebam a escala e as consequências explícitas e implícitas dos riscos e danos socioambientais decorrentes destes empreendimentos no seu cotidiano;

- Se habilitem a intervir, de modo qualificado, nos diversos momentos do processo de licenciamento ambiental, produzindo, inclusive, suas agendas de prioridades. (CGEAM/CGPEG/Ibama, 2005).

Neste sentido a educação ambiental não deve ser vista como mera formalidade dissociada dos demais programas exigidos como condicionantes de licença ou instrumento repassador de conhecimentos científicos. O caminho para a realização da educação ambiental no licenciamento passa necessariamente pela organização de espaços e momentos de troca de saberes, produção de conhecimentos, habilidades e atitudes que gerem a autonomia dos sujeitos participantes em suas capacidades de escolher e atuar transformando as condições socioambientais de seus territórios. (LOUREIRO et al., 2009)

Lidar com a questão ambiental implica, necessariamente, em superar a visão fragmentada da realidade. Na prática, isto só é factível quando se parte de situações concretas que, no caso dos grupos sociais afetados pelo empreendimento, ocorre no seu espaço de vivência e trabalho.

O Programa de Educação Ambiental, a que se refere deste documento, deverá reafirmar o papel estratégico da organização e da participação da coletividade, na gestão dos recursos naturais e na busca de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, de acordo com a Constituição Federal.

Neste sentido, é fundamental que o Programa de educação Ambiental consiga:

I- Ajudar a compreender claramente a existência e a importância da interdependência econômica, social, política e ecológica em zonas urbanas e rurais;

II- Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, atitudes, interesse ativo, aptidões e habilidades necessários à proteção e melhoria do meio ambiente;

III- Recomendar novas formas de conduta aos indivíduos, grupos sociais e à sociedade como um todo com relação ao meio ambiente”, conforme estabelecido pela Conferência Intergovernamental de Tbilisi (Unesco; Ibama, 1997).

A experiência tem demonstrado que, a própria comunidade se constitui em um parceiro vital na defesa dos seus recursos naturais, desde que sensibilizada, e capacitada para tal. As ações de sensibilização, capacitação, organização e outras que se coloquem como necessárias neste pro-



cesso podem viabilizar a atuação dessas populações dentro de padrões que busquem, não apenas a minimização dos impactos decorrentes de ações danosas ao meio, mas, principalmente, a prevenção dos mesmos.

Por outro lado, o controle social e a excelência técnica dos estudos ambientais e de sua avaliação necessários para se licenciar os empreendimentos, serão de pouca efetividade, se a força de trabalho envolvida no processo de sua implantação e implementação não estiver consciente dos riscos ambientais decorrentes da atividade e também capacitada, tanto para prevenir danos ambientais, quanto para lidar com as emergências que possam ocorrer.

Neste contexto, torna-se necessária a implementação de um componente de Educação Ambiental voltado para capacitação continuada dos trabalhadores envolvidos direta e indiretamente com a atividade objeto do licenciamento, "visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente", conforme prevê o Inciso V do Art. 3º da Lei 9.795/99, como incumbência das "empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas". (CGEAM/CGPEG/Ibama, 2005: op cit)

4. Referências Básicas

O Programa de Educação Ambiental (PEA) deverá garantir a participação dos diferentes atores sociais, afetados direta ou indiretamente pela atividade objeto do licenciamento, em todas as etapas do processo.

Deverá, ainda, proporcionar meios para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades e contribuir para o desenvolvimento de atitudes, visando a participação individual e coletiva na gestão do uso sustentável e na conservação dos recursos ambientais, bem como, na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade ambiental (meios físico natural e sociocultural). (CGEAM/Ibama, 2002)

O Programa deverá ser elaborado consoante os princípios básicos da educação ambiental definidos na Lei 9.795/99, e no Decreto 4.281/02 que a regulamenta, tendo por objetivo principal a mitigação dos impactos socioambientais do empreendimento ou atividade licenciada.

5. Componentes

Para que o Programa de Educação Ambiental, enquanto condicionante de licença, cumpra a finalidade definida na legislação é necessário que a promoção de suas ações ocorra em sintonia com os procedimentos estabelecidos pelo Ibama, para a concessão das Licenças de Instalação (LI) e da Licença de Operação (LO).

Neste sentido, o Programa de Educação Ambiental deverá estruturar-se em dois Componentes, a saber:

I - Componente I Programa de Educação Ambiental no Contexto das Medidas Mitigadoras e Compensatórias - PEA;

II- Componente II - Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores - PEA, voltado à capacitação continuada dos trabalhadores envolvidos com a implantação e implementação do empreendimento.

A abrangência e duração do Programa de Educação Ambiental deverão ser definidas pelo Ibama considerando-se a tipologia e especificida-

des do empreendimento/atividade em processo de licenciamento, seus impactos e abrangência.

A responsabilidade pela elaboração e financiamento do Programa de Educação Ambiental, que deverá ser elaborado consoante o presente documento, será do empreendedor.

5.1. Componente I - Programa de Educação Ambiental no Contexto das Medidas Mitigadoras e Compensatórias.

Para cada empreendimento ou atividade licenciada define-se um conjunto de medidas mitigadoras e compensatórias e dentre essas consta a implementação de um ou mais projetos de educação ambiental que constituem este Programa. Os projetos devem ser formulados de acordo com a tipologia do empreendimento/atividade licenciada, sua área de influência relativa ao meio socioeconômico e as especificidades dos grupos sociais afetados e ter como finalidade, a qualificação e organização destes atores sociais para a proposição e/ou formulação e implementação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação, bem como o monitoramento e avaliação da sua efetividade.

Os projetos deste Componente deverão ser construídos e implementados em conjunto com os grupos sociais da área de influência do empreendimento em questão, passíveis de sofrerem impactos ambientais, diretos e indiretos.

5.1.1. Elaboração do Programa de Educação Ambiental no Contexto das Medidas Mitigadoras e Compensatórias.

O programa deverá ser estruturado a partir de etapas metodológicas bem definidas, como se segue:

(i) Contextualização explicitando a natureza do empreendimento, sua localização, os possíveis impactos sobre os meios físico-natural e social, em todas as etapas do processo de licenciamento.

(ii) Identificação dos grupos sociais que serão direta ou indiretamente afetados, descrevendo os procedimentos metodológicos que serão utilizados.

(iii) Justificativa para a escolha dos grupos sociais (sujeitos prioritários da ação educativa) com os quais serão construídos os Programas/projetos de Educação Ambiental, explicitando os critérios que serão utilizados.

(iv) Estruturação do(s) projeto(s) de Educação Ambiental com base nos resultados de um diagnóstico socioambiental participativo, que objetiva identificar e caracterizar problemas e conflitos socioambientais que estejam direta ou indiretamente relacionados aos impactos do empreendimento em licenciamento, bem como as potencialidades socioambientais relacionadas aos grupos sociais afetados. Descrição dos procedimentos metodológicos a serem adotados no diagnóstico e na definição das prioridades em conjunto os grupos sociais,

(v) Descrição dos procedimentos metodológicos para a construção dos projetos em conjunto com os grupos sociais afetados (sujeitos prioritários da ação educativa).

Cada Projeto de educação ambiental deve ser composto por uma ou mais atividades de cunho pedagógico que serão desenvolvidas, junto com um público específico, no âmbito de determinada linha de ação. Portanto, o objetivo

geral de todos os projetos é o mesmo do programa de educação ambiental.

As atividades e respectivos conteúdos programáticos que serão desenvolvidos pelo Programa devem garantir que os processos educativos estejam voltados para a mitigação dos impactos da atividade licenciada, além de estar em consonância com o marco legal das políticas públicas de meio ambiente e de educação ambiental, devendo ainda, estar em articulação com outras políticas governamentais desenvolvidas na região.

Deverão ser priorizados ações educativas de caráter não-formal, voltadas à qualificação e organização dos sujeitos da ação educativa para proposição e/ou formulação e implementação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação, bem como o monitoramento e avaliação da sua efetividade. Nesse sentido, não serão aceitas propostas de programas e/ou projetos voltados exclusivamente para as instituições de ensino formal, fora do contexto do licenciamento, isto é, com foco estrito no universo escolar, uma vez que a responsabilidade pela implementação de projetos de educação ambiental no âmbito da educação formal é do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. As instituições formais de ensino poderão ser incluídas quando a comunidade escolar for afetada pelas atividades objeto do licenciamento ou, de forma complementar às ações não formais, que serão desenvolvidas junto aos grupos sociais considerados como os sujeitos prioritários do programa ou projeto.

5.2. Componente II Peat - Capacitação Continuada dos Trabalhadores Envolvidos com a Implantação e Implementação do Empreendimento.

Este componente compreende a organização de processos de ensino-aprendizagem visando à formação continuada dos trabalhadores envolvidos direta e indiretamente na atividade objeto de licenciamento. Estes processos deverão desenvolver capacidades para que os trabalhadores avaliem as implicações dos danos e riscos ambientais e tecnológicos decorrentes da implantação do empreendimento nos meio físico-natural e social (na saúde, na segurança, nos planos socioeconômico e cultural etc.)

As ações deste componente devem sempre trabalhar situações concretas da realidade do mundo do trabalho do empreendimento e do seu entorno, incluindo no conteúdo programático dos processos de ensino-aprendizagem, a descrição do meio ambiente físico, biótico e antrópico local, a apresentação dos impactos decorrentes da atividade e formas de minimizá-los. Além de aspectos cognitivos, as ações de capacitação deverão abordar também, os aspectos éticos na relação sociedade natureza (ser humano - natureza e ser humano - ser humano), fortalecendo os laços de solidariedade, o respeito às diferenças, buscando estabelecer uma "convivência social positiva".

As proposições constantes desse Projeto poderão variar de acordo com o Sistema de Gestão e a Política Ambiental de cada Empresa, desde que cumpram as diretrizes gerais aqui recomendadas:

I- O Projeto deverá ser elaborado de acordo com os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental levando em conta os pressupostos de: interdisciplinaridade, participação e respeito à diversidade social e biológica.

II- A metodologia utilizada deve enfatizar recursos didáticos que incentivem a reflexão e a participação dos trabalhadores, como por exemplo, estudos



de caso, trabalhos em grupo e dinâmicas, gerando posturas próativas em relação ao ambiente de trabalho, aos ecossistemas e às comunidades locais.

III - A carga horária prevista para as atividades deverá ser compatível com o desenvolvimento dos temas propostos para cada etapa ou módulo do Projeto.

IV - As atividades previstas deverão ocorrer, sempre que possível, durante os horários de trabalho, evitando-se sua realização nos períodos dedicados ao descanso e lazer dos trabalhadores.

O componente deverá prever ações específicas de capacitação, “para as fases de instalação, operação e desativação do empreendimento”. Neste sentido, “todo o efetivo de profissionais envolvido deverá receber para cada uma destas fases, as informações necessárias ao bom entendimento das interfaces existentes, entre as atividades desempenhadas e seus impactos efetivos e potenciais”.

5.3. Normas para a Divulgação dos Programas de Educação Ambiental e Demais Projetos Ambientais Condicionantes do Licenciamento:

A divulgação dos projetos ambientais condicionantes do licenciamento deverá apresentar claramente que a execução destes projetos está baseada em uma exigência legal. No âmbito de um programa de educação ambiental, este tipo de informação é particularmente importante ao evitar que o público participante confunda as ações executadas como sendo resultado de projetos de responsabilidade social das empresas.

Com o objetivo de garantir a clareza das informações repassadas ao público em geral a respeito dos projetos condicionantes do licenciamento ambiental conduzido pela Dilic/Ibama, são estabelecidos os seguintes critérios para a divulgação e identificação dos referidos projetos.

5.3.1. Todos os materiais impressos ou em audiovisual de (i) divulgação de projetos condicionantes de licenças emitidas pela Dilic/Ibama; ou (ii) exigidos enquanto medidas indenizatórias pelo licenciamento ambiental conduzido pela Dilic/Ibama; ou (iii) que tenham sido produzidos no âmbito de um projeto de educação ambiental deverão apresentar o texto:

“A realização do (nome do projeto) é uma medida (de indenização, de mitigação e/ou de compensação) exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama”.

5.3.2. Em materiais impressos, o texto deverá estar associado à primeira citação do nome do projeto.

5.3.3. Em materiais audiovisuais, o texto deverá ser apresentado em seus créditos iniciais. Em exposições públicas sob responsabilidade da empresa submetida ao licenciamento ambiental, o referido texto sempre deverá ser veiculado de forma clara, ainda que o material original não seja exibido na íntegra.

5.3.4. Bens móveis: deverão ser identificados por selo, etiqueta ou placa, confeccionados em material resistente e de difícil remoção, contendo a data de doação do bem, a logomarca do Ibama e o seguinte texto:

“Este(a) (nome do bem; por exemplo: computador, barco, mesa, etc.) foi doado por um projeto de (indenização, de mitigação e/ou de compensação) exigido pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama”

5.3.5. Bens imóveis: deverão ser identificados por placa, confeccionada em material resistente e de difícil remoção, com tamanho não inferior a 0,50 m X 0,30 m, afixada em local de ampla circulação de pessoas e de fácil visualização, contendo a data de doação do imóvel, a logomarca do Ibama e o seguinte texto:

“Este(a) (denominação do imóvel) foi doado por um projeto de (indenização, de mitigação e/ou de compensação) exigido pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama”

5.3.6. Cursos e capacitações: todos os materiais que sejam distribuídos, como apostilas, livros, CDs, DVDs, etc. serão considerados, para fins de identificação, bens móveis. Eventuais certificados que sejam distribuídos aos participantes que concluírem os cursos oferecidos deverão conter o seguinte texto:

“O curso de (nome do curso) foi oferecido por um projeto de (de indenização, de mitigação e/ou de compensação) exigido pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama”

5.3.7. Obras: intervenções de manutenção, ampliação, reforma e/ou adequação em bens móveis e imóveis deverão ser identificadas conforme estabelecido nos itens acima e apresentar o seguinte texto:

“(Descrição da intervenção executada) foi realizada por um projeto (de indenização de mitigação e/ou de compensação) exigido pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama)”

5.3.8. Quaisquer materiais que sejam eventualmente distribuídos pela empresa no âmbito de um projeto vinculado ao licenciamento ambiental - como camisetas, bonés, canetas, etc. - contendo o nome ou a logomarca da empresa, deverão também receber a logomarca do Ibama em tamanho proporcional da logomarca e/ou nome da empresa submetida ao licenciamento federal.

5.3.9. É facultada à empresa a divulgação de sua logomarca nos materiais ou bens relacionados nos itens acima. Esta divulgação deverá obedecer à seguinte padronização:

(i) A logomarca da empresa deverá estar acompanhada do nome do empreendimento licenciado.

(ii) A logomarca da empresa deverá ser proporcional ao tamanho da logomarca do Ibama.

Casos de divulgação e/ou identificação que não estejam aqui previstos deverão ser consultados ao Ibama para a definição dos procedimentos a serem adotados.

6. Considerações Finais

Este documento busca estabelecer um conteúdo teórico-conceitual para a educação ambiental no âmbito do licenciamento ambiental federal, entendendo o processo educativo como meio fundamental para a democratização do licenciamento e para a sua articulação com outros instrumentos de gestão ambiental pública.

O objetivo destas Bases Técnicas concentra-se, portanto, no direcionamento dos programas de educação ambiental, a partir da exigência de um conjunto mínimo de ações que deverão compor tal programa, garantindo maior especificidade às diretrizes, em resposta a desafios encontrados no processo de licenciamento ambiental das diferentes atividades licenciadas pela Dilic/Ibama.



